

MONTAIGNE

ENSAIOS

VOLUME I

Traduzido do francês por HUGO BARROS

Prefácio de ANDRÉ GIDE

Índice

<i>Nota à tradução</i>	xi
<i>Prefácio</i>	xv

ENSAIOS

Ao leitor	37
---------------------	----

LIVRO I

Capítulo I – Por diversos meios se chega ao mesmo fim	41
Capítulo II – Da tristeza	45
Capítulo III – Os nossos sentimentos estendem-se além de nós	51
Capítulo IV – Como a alma descarrega as suas paixões sobre objectos falsos quando os verdadeiros lhe faltam	59
Capítulo V – Se o comandante de uma praça-forte sitiada deve sair para parlamentar	63
Capítulo VI – A hora das parlamentações é perigosa	67
Capítulo VII – Que a intenção julga as nossas acções	71
Capítulo VIII – Da ociosidade	73
Capítulo IX – Dos mentirosos	75

ÍNDICE

Capítulo X – Do discurso pronto ou lento	81
Capítulo XI – Dos prognósticos	85
Capítulo XII – Da constância	91
Capítulo XIII – Cerimonial do encontro entre reis	95
Capítulo XIV – Que a experiência dos bens e dos males depende, em boa medida, da opinião que fazemos deles	97
Capítulo XV – É-se castigado por defender obstinadamente uma praça-forte contra toda a razão	121
Capítulo XVI – Da punição da cobardia	123
Capítulo XVII – Um traço de certos embaixadores	125
Capítulo XVIII – Do medo	129
Capítulo XIX – Que só se deve julgar da nossa felicidade após a morte	133
Capítulo XX – Filosofar é aprender a morrer	137
Capítulo XXI – Da força da imaginação	159
Capítulo XXII – O proveito de um é o prejuízo de outro	171
Capítulo XXIII – Do costume e do facto de não se mudar facilmente uma lei estabelecida	173
Capítulo XXIV – Consequências distintas de um mesmo desígnio . .	191
Capítulo XXV – Do pedantismo	201
Capítulo XXVI – Da educação dos filhos	215
Capítulo XXVII – É uma loucura fazer depender o verdadeiro e o falso da nossa capacidade de julgar	255
Capítulo XXVIII – Da amizade	261
Capítulo XXIX – Vinte e nove sonetos de Étienne de la Boétie . . .	277
Capítulo XXX – Da moderação	279
Capítulo XXXI – Dos canibais	285

ÍNDICE

Capítulo XXXII – Da necessidade de julgarmos sobriamente as disposições divinas	301
Capítulo XXXIII – Fugir dos prazeres a expensas da vida	305
Capítulo XXXIV – A Fortuna acompanha muitas vezes a razão	309
Capítulo XXXV – De um defeito das nossas administrações	313
Capítulo XXXVI – Do costume de andar vestido.	315
Capítulo XXXVI – Sobre Catão, <i>o Jovem</i>	321
Capítulo XXXVIII – Como choramos e rimos da mesma coisa.	327
Capítulo XXXIX – Da solidão	333
Capítulo XL – Uma consideração sobre Cícero	347
Capítulo XLI – Não se partilha a glória	355
Capítulo XLII – Da desigualdade que existe entre nós	359
Capítulo XLIII – Das leis sumptuárias	373
Capítulo XLIV – Do dormir	377
Capítulo XLV – Sobre a batalha de Dreux	381
Capítulo XLVI – Dos nomes.	383
Capítulo XLVII – Da incerteza do nosso juízo	391
Capítulo XLVIII – Dos destreiros	399
Capítulo XLIX – Dos antigos costumes	411
Capítulo L – Sobre Demócrito e Heraclito.	417
Capítulo LI – Da vaidade das palavras	421
Capítulo LII – Da parcimónia dos antigos	425
Capítulo LIII – De um dito de César.	427
Capítulo LIV – Das vãs subtilezas	429
Capítulo LV – Dos odores.	433
Capítulo LVI – Das orações.	437
Capítulo LVII – Da idade	449

Ao leitor

Leitor, tens aqui um livro escrito em boa-fé. Adverte-te desde o início que o meu propósito não foi outro que não doméstico e privado. Não levei em consideração nem o teu serviço nem a minha glória. As minhas forças não são capazes de tal desígnio. Consagrei-o ao interesse particular dos meus familiares e amigos, para que, logo que me tenham perdido – o que lhes sucederá em breve –, possam nele encontrar certos traços dos meus hábitos e inclinações e, desse modo, manter o conhecimento que tiveram de mim de uma forma mais viva e inteira. Se o objectivo fora o de ganhar o favor do mundo, ter-me-ia adornado melhor e apresentado com uma pose afectada. Quero que me vejam na minha maneira de ser simples, natural e comum, sem apuro ou artifício: porque é a mim que retrato. Os meus defeitos serão lidos ao natural bem como a minha genuína maneira de ser, tanto quanto a decência pública mo permite. Se tivesse habitado entre esses povos que se diz viverem ainda sob a doce liberdade das primeiras leis da natureza, asseguro-te que me faria de bom grado pintar de corpo inteiro e completamente nu. Assim, leitor, sou eu próprio a matéria do meu livro. Não há razão para que dediques os teus momentos de ócio a um tema tão frívolo e vão.

Adeus, pois.

Montaigne, neste primeiro de Março de 1580.

Capítulo IX

Dos mentirosos

Não há homem a quem menos convenha falar de memória. De facto, é com dificuldade que reconheço em mim vestígios dela e não creio que exista outra no mundo tão monstruosamente deficiente. As minhas outras faculdades são todas mediócras e comuns; mas nesta julgo ser singular e raríssimo, digno de adquirir nome e reputação.

Além do inconveniente natural que padeço por isso – e Platão, em razão da sua necessidade, tem razão ao chamar à memória a grande e poderosa deusa –, se no meu país, as pessoas querem dizer que um homem não tem inteligência, dizem que não tem memória; e quando me queixo da fraqueza da minha, censuram-me e não acreditam em mim, como se me acusasse de ser insensato. Não sabem distinguir entre memória e inteligência. É agravar em demasia a minha condição. Ademais, são injustos para comigo, porque, por experiência, é sobretudo o contrário que vemos, isto é, que as memórias excelentes se associam a juízos débeis. Não me fazem justiça ainda, a mim que não sei fazer mais nada além de ser amigo, quando as palavras que traduzem a minha maleita são as mesmas que exprimem a ingratidão. Ao criticarem a minha memória, põem em causa o meu afecto, e tornam uma fraqueza natural numa fraqueza de consciência. «Esqueceu – dizem – aquele rogo ou aquela promessa. Nunca se lembra dos seus amigos. Nunca se lembra de dizer, ou fazer, ou calar isto ou aquilo, por amor de mim.» É certo que posso facilmente esquecer, mas negligenciar o encargo que o meu amigo me deu, não. Que se contentem com a minha miséria sem fazer dela uma espécie de malícia – e ainda uma malícia tão contrária ao meu temperamento.

Mas, de certo modo, acabo por consolar-me. Em primeiro lugar, por ser um mal que me ensinou o meio de corrigir um mal ainda pior que se teria produzido em mim, a saber, a ambição, porque a ausência de memória é um defeito insuportável naqueles que se enredam em questões públicas; [depois], porque, como o demonstram inúmeros exemplos semelhantes do curso da natureza, outras faculdades se terem fortificado em mim à medida que esta foi definhando; e facilmente poderia eu deixar repousar e enlanguescer o meu espírito e o meu juízo no rasto dos de outrem, como fazem as pessoas, sem exercitar as suas próprias forças, se as ideias originais e as opiniões dos outros homens estivessem presentes em mim em virtude da minha memória. O meu discurso é mais breve por sua causa, pois o depósito da memória está mais provido de matéria do que o da invenção. Se a memória me tivesse assistido, teria ensurdecido todos os meus amigos com a minha tagarelice, pois os temas, esquentando e estimulando as minhas ideias, despertam esse género de faculdade que tenho para as dirigir e tratar. É uma pena! A prova disto é-me dada por amigos íntimos: uma vez que a memória lhes oferece a coisa inteira e presente, esticam tanto a narrativa e carregam-na de tantos pormenores dispensáveis que, se a história é boa, abafam-lhe a qualidade; se não for, resta-vos maldizer ou a sua venturosa memória, ou a desventura do seu juízo. Não é fácil deter e interromper uma exposição após ter sido posta em marcha. Nada mostra mais o valor de um cavalo do que uma paragem repentina e brusca. Mesmo entre aqueles que falam adequadamente, vejo que querem pôr fim à sua corrida e não conseguem. Enquanto buscam o lugar onde deter a sua marcha, continuam a palrar e arrastam-se como homens que desfalecem de fraqueza. São sobretudo os velhos que são perigosos. A lembrança das coisas passadas habita-os, mas perdem a memória das suas repetições. Vi histórias bastante agradáveis tornarem-se muito aborrecidas na boca de um nobre, pois todos os presentes as tinham tragado já umas cem vezes.

Em segundo lugar, consola-me o facto de me lembrar menos das ofensas recebidas, como dizia um ancião⁽⁸⁰⁾. Precisaria de um ponto, como Dario, que, para não esquecer a ofensa que recebera dos Atenienses, ordenou a um pajem que, sempre que estivesse à mesa, lhe

⁽⁸⁰⁾ Publílio Siro, *Sentenças*: «O olvido é o remédio para as injúrias».

dissesse três vezes ao ouvido: «Majestade, lembrai-vos dos Atenenses»; e também no facto de os lugares e os livros que revejo me sorrirem sempre como uma novidade fresca.

Não é sem razão que se diz que quem não sente bastante firmeza na memória, não se deve pôr a mentir. Sei bem que os gramáticos distinguem entre «dizer uma mentira» e «mentir»; especificam ainda que «dizer uma mentira» é dizer uma coisa falsa, mas que se toma por verdadeira, e que a definição da palavra «mentir», em latim, de onde vem o nosso francês, tem o sentido de «ir contra a sua consciência» e que, por conseguinte, concerne apenas ao que dizem coisas contrárias àquilo que sabem. É desses que falo. Ora, estes, ou inventam tudo de raiz, ou disfarçam e alteram um fundo verdadeiro. Quando disfarçam ou mudam [a realidade], se os remetermos vezes suficientes para essa mesma história, é difícil não se desarmam, porque a coisa, tal qual é, tendo-se alojado primeiro na memória e depois nela impressa por via do conhecimento e do saber, é difícil ao pensamento figurá-la sem desalojar a falsidade, que não pode ter nela uma base tão firme nem tão sólida. Da mesma forma, as circunstâncias da primeira aprendizagem, introduzindo-se a cada instante no espírito, não os fazem perder a recordação das partes relatadas, falsas ou adulteradas. Quanto ao que inventam por completo, pelo facto de não existir nenhuma impressão contrária que se oponha à sua impostura, parece que têm de recear menos o erro. Todavia, mesmo esta ficção, porque é um corpo sem consistência e sem nada de sólido, escapa facilmente à memória, se não estiver bem segura. Vivi amiúde a experiência disso, e de modo algo cómico, à custa daqueles que se vangloriam de moldar o seu discurso unicamente segundo o que é útil aos negócios em que estão metidos e ao que agrada aos grandes a quem falam. Em boa verdade, na medida em que as circunstâncias às quais pretendem submeter a sua acção e consciência estão sujeitas a mudanças variadas, é preciso que a linguagem se diversifique ao mesmo tempo; donde que, [ao falar] de uma mesma coisa, dizem ora cinzento, ora amarelo; a um homem uma coisa, a outro, outra; e se, por acaso, esses homens contam um ao outro o que ouviram de formas tão díspares, o que será desta bela arte? Sem já mencionar que, por falta de prudência, se desmontam a si mesmos muitas vezes. Na verdade, que memória poderia bastar-lhes para recordar tantas formas diferentes que arranjam para contar uma

mesmo história? Vi muitos homens do meu tempo invejar a reputação dessa bela espécie de habilidade, sem verificarem que, se houver reputação, não pode haver eficácia.

Com efeito, mentir é um vício maldito. Somos homens e ligamo-nos uns aos outros unicamente pela palavra. Se reconhecêssemos o horror e a gravidade deste vício, perseguiríamos este vício de fogo na mão mais justamente do que outros crimes. Julgo que gastamos demasiado tempo a punir despropositadamente as crianças por erros inocentes e a atormentá-las por acções insensatas que não deixam qualquer marca ou consequências. Só o acto de mentir e, um pouco abaixo, a teimosia, me parecem dever ser de imediato combatidas à nascença e quando progridem. Eles crescem com elas. E uma vez desencaminhada a língua, é impressionante até que ponto é impossível desviá-la desse mau caminho. Daí vemos homens, no demais honestos, sujeitos e submetidos a tal acto. Um rapaz bom trabalha para mim como costureiro, a quem nunca ouvi dizer uma verdade, mesmo quando ela lhe pode ser útil.

Se a mentira, como a verdade, tivesse apenas um rosto, estaríamos em melhor condição [em relação à mentira], porque tomaríamos como certo o contrário do que diria o mentiroso. Mas o inverso da verdade tem cem mil formas e uma extensão sem limites.

Os pitagóricos consideravam o bem como algo preciso e finito, o mal como infinito e indeterminado. Mil caminhos desviam-se do fim, só um aí chega. Não estou por certo seguro de que, caso se tratasse de evitar um perigo evidente e extremo através de uma mentira descarada e solene, eu próprio fosse capaz de resistir a cometer tal acto.

Um antigo Padre [da Igreja]⁽⁸¹⁾ afirma que estamos melhor na companhia de um cão conhecido do que na de um homem cuja linguagem nos é desconhecida. «*Ut externus alieno non sit hominis vice*»⁽⁸²⁾. [De sorte que, para o homem, um estrangeiro não é um homem.] E como a linguagem falsa é menos sociável que o silêncio!

O rei Francisco I gabava-se de, por este meio⁽⁸³⁾, ter posto num aperto Francesco Taverna, embaixador de Francisco Sforza, duque

⁽⁸¹⁾ Santo Agostinho, *Cidade de Deus*, XIX.

⁽⁸²⁾ Plínio, *o Velho*, *História Natural*, VII.

⁽⁸³⁾ Isto é, levando o interlocutor a contradizer-se.

de Milão, homem celeberrimo na arte da oratória. Este homem fora enviado para apresentar as desculpas em nome do seu senhor a Sua Majestade por um facto de suprema gravidade, que foi o seguinte: o rei, para manter algumas relações na Itália, de onde tinha sido expulso, em particular do ducado de Milão, pensou em mandar para junto do duque um fidalgo da sua facção, embaixador de facto, mas na aparência um simples particular que fingia estar ali para tratar de assuntos pessoais, visto que o duque, que dependia cada vez mais do imperador – sobretudo porque estava a negociar um casamento com a sobrinha deste, filha do rei da Dinamarca, que é actualmente viúva da Lorena –, não podia arriscar que se soubesse, sem grande dano para ele, que mantinha certas relações e conversas connosco. Para levar a cabo esta missão, considerou-se adequado um fidalgo milanês, estribeiro da casa do rei, chamado Merveille. Este, enviado com credenciais e instruções do embaixador, e com outras cartas de recomendação ao duque em favor dos seus negócios particulares, à maneira de um disfarce e ilusão, esteve tanto tempo junto do duque que chegou aos ouvidos do imperador, o que deu azo, supomos nós, ao que se passou a seguir: a pretexto de um assassinato qualquer, eis que o duque mandou cortar-lhe a cabeça noite dentro, depois de um processo que durou dois dias. Como o rei se dirigisse a pedir reparações sobre este assunto a todos os príncipes da Cristandade e ao próprio duque, Monsenhor Francesco chegou munido de um longo relato falsificado desta história e apresentou, sendo escutado na audiência da manhã, como defesa da sua causa, e para tal fim, múltiplas e belas exposições sobre o caso: que o seu senhor não tinha considerado o nosso homem senão como um simples fidalgo, um particular, súbdito seu, que havia chegado a Milão para tratar de assuntos pessoais e nunca habitara ali sob outra aparência, negando ainda saber inclusive que estaria ao serviço do rei ou que fosse seu conhecido; e muito menos que o tomara por um embaixador. Por sua vez, o rei, pressionando-o com várias objecções e perguntas, atacando-o de todos os lados, encurralou-o, por fim, quando o inquiriu sobre a execução feita de noite e como que às escondidas. Ao qual o pobre homem, embaraçado, replicou, pondo um ar de honestidade, que, por respeito a Sua Majestade, o duque teria ficado desolado se tal execução tivesse ocorrido de dia. Que cada um imagine como foi repreendido depois de se ter incorrido numa

tão atabalhoada contradição, e diante de alguém com o faro do rei Francisco!

O Papa Júlio II enviou um embaixador junto do rei de Inglaterra para o incitar [à guerra] contra o rei de França. Ouvida a petição, e tendo o rei protelado a sua resposta devido às dificuldades que encontrava em fazer os preparativos necessários para combater um rei tão poderoso, e alegando para isso algumas razões, o embaixador replicou, inoportunamente, que as tinha igualmente considerado e as havia comunicado ao Papa. Destas palavras tão apartadas da sua missão, que consistia em instigá-lo de imediato à guerra, o rei de Inglaterra extraiu o primeiro indício, que mais tarde confirmou, de que este embaixador simpatizava pessoalmente com o lado da França. E avisado o seu senhor, os seus bens foram confiscados e pouco faltou para que não perdesse também a vida.